

AS PRÁTICAS RELIGIOSAS SOB A MIRADA DO DISCURSO

Maria Cristina Leandro Ferreira¹

UM BREVE PREÂMBULO

O presente texto gira em torno do alentado trabalho de fundamentação teórica e prática analítica realizado por Jaçanã Ribeiro, ao desenvolver o tema de sua dissertação de mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras desta Universidade, na área de teorias do texto e do discurso. Ao aceitar o desafio de orientar Jaçanã em sua empreitada, enfrentei os riscos e as incertezas que a entrada em um campo desconhecido costumam ensejar. Nada mais inusitado me parecia ter que tratar de questões como *encosto* e *exorcismo* sob a perspectiva discursiva. Não foi sem dificuldade que li as versões iniciais do trabalho, onde os rituais das práticas religiosas, especialmente de feição neopentecostal, eram finamente descritos pelo autor, com um apuro e cuidado que mais se aproximava de um trabalho de cunho etnográfico do campo antropológico. Aos poucos, porém, o estranhamento foi cedendo lugar ao encantamento e fui percebendo que a teoria do discurso tinha o que dizer e como contribuir nessa arriscada incursão pelo discurso religioso.

Ao focar sua análise na heterogeneidade de um ritual de exorcismo da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), Jaçanã põe à vista uma materialidade lingüística e histórica que expõe suas contradições e sua alteridade no confronto com outras práticas religiosas, como é o caso das religiões africanas. O que a análise de Jaçanã nos permite ver, através da opacidade desse discurso religioso, é o paradoxo existente no ataque da

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras/UFRGS.

IURD às religiões afro, paradoxo que consiste em tornar distintos princípios e procedimentos que estão muito próximos e, por isso, se confundem.

O recorte realizado pelo autor dá destaque e mobiliza algumas noções-chave pertencentes ao dispositivo teórico do discurso, como é o caso das *formações discursivas*, do *interdiscurso* e da *forma-sujeito*.

Na Análise do Discurso, uma *formação discursiva* é definida a partir de seu interdiscurso e, entre formações discursivas distintas, como é o caso da FD1 (o discurso iurdiano) e da FD2 (as religiões afro), pode haver tanto relações de aliança quanto de conflito, que é o que se dá no caso em exame. Jaçanã delimita os respectivos territórios mostrando que as fronteiras que os separam são fluidas e as linhas divisórias não intransponíveis, mas permeáveis e porosas. O que traz como resultado a heterogeneidade ínsita às formações discursivas internamente, tal como é constatado no discurso iurdiano.

Já o *interdiscurso* seria o grande ‘guarda-chuva’ que abriga inúmeras FDs, sendo que os enunciados de uma formação discursiva podem imbricar-se em outras e, assim, constituir novos sentidos. É o interdiscurso que determina materialmente o efeito de encadeamento e articulação dos sentidos dentro de uma FD, de modo que aparece como o puro “já-dito”, donde a existência material do exterior e anterior ao dito. Por essa razão que se diz em AD que o interdiscurso é da ordem da memória do dizer. A noção é chave fundamental para tornar explícitos os limites tênues e a configuração própria aos dois sistemas religiosos em constante enfrentamento, o qual decorre mais de suas semelhanças do que diferenças.

A noção de *forma-sujeito*, por sua vez, relaciona o sujeito do discurso a uma formação discursiva com a qual ele se identifica, sendo responsável pela ilusão de unidade do sujeito. A forma-sujeito também é chamada de sujeito do saber, sujeito universal ou sujeito histórico de uma determinada formação discursiva. No caso do discurso neopentecostal da IURD, o sujeito-bispo fala dessa posição-sujeito. Todas as demais posições-sujeito detectadas, como a do obreiro, do fiel, do pastor, reportam-se a essa posição central como referência. As divergências, os deslizos e os eventuais afasta-

mentos dessa posição dominante podem determinar contra-identificações ou, até mesmo, desidentificações dentro dessa FD.

A retomada da tipologia discursiva proposta por Orlandi e que situa os discursos como autoritários, polêmicos ou lúdicos, é bem aproveitada por Jaçanã, ao enquadrar o objeto de sua análise, o discurso religioso, como discurso autoritário, onde se dá a ilusão de reversibilidade entre locutor (bispo) e ouvintes (fiéis). Ao deixar explícito, por sua bem conduzida e minuciosa análise, o funcionamento do ritual do exorcismo como questão pontual da heterogeneidade presente no discurso iurdiano, o autor põe à luz a dissimetria entre o plano divino (O Sujeito) e o plano temporal (os sujeitos).

Ao trabalhar com o dispositivo teórico-metodológico da Análise do Discurso, Jaçanã Ribeiro possibilitou uma interface produtiva com outros campos teóricos, explicitando seus entrelaçamentos, sem descuidar de suas especificidades. É assim que a AD se mostrou uma ferramenta teórica eficaz para dar conta da alteridade dos saberes conflitantes e das fronteiras inconstantes entre os discursos religiosos em debate.

UM RÁPIDO OLHAR PELO CAMPO TEÓRICO DO DISCURSO

O discurso foi sempre para Michel Pêcheux o objeto de uma busca infinita que, sem cessar, como lembra Denise Maldidier, “lhe escapa”. É no discurso, precisamente, que se concentram, se intrinacam e se confundem, como um verdadeiro nó, as questões relativas à língua, à história e ao sujeito. E é também onde se cruzam as reflexões de Pêcheux sobre a história das ciências, sobre a história dos homens, sua paixão pelas máquinas, entre outras tantas. O discurso constitui-se, assim, no verdadeiro ponto de partida de uma “aventura teórica” (Maldidier, Denise, 2003, p.15).

E todos nós que nos interessamos pelas questões discursivas e que, por alguma razão, somos tocados por elas, somos instigados a nos aventurar por esse caminho, nunca plano, nem acabado, mas, ao contrário, sempre tortu-

oso e deslizando, um verdadeiro “processo sem início nem fim” (parafra-seando Althusser, mais uma vez)².

Michel Pêcheux, como se sabe, dá início à Análise do Discurso na França, como seu principal articulador, em fins da década de 60, época que coincide com o auge do estruturalismo, como paradigma de formação do mundo, das idéias e das coisas para toda uma geração da intelectualidade francesa.

No centro desse novo paradigma, situa-se o estruturalismo lingüístico a servir como norte e inspiração. Afinal, a Lingüística em seu papel de ciência-piloto das ciências humanas tinha condições de fornecer aos aficionados da nova corrente as ferramentas essenciais para análise da língua, enquanto estrutura formal, submetida ao rigor do método e aos ditames da ciência, tão valorizada na época.

Ao longo do percurso triunfal dos estruturalistas, que marcou de forma indelével os anos 50 e 60, houve sempre uma constante: a deliberada *exclusão do sujeito*. Esse foi o preço a pagar pelos defensores do paradigma estrutural para a ruptura com a fenomenologia, o psicologismo ou a hermenêutica. Importava normalizar o sujeito, já que era visto como o elemento suscetível de perturbar a análise do objeto científico, que deveria corresponder a uma língua objetivada, padronizada. Esse era o panorama existente na França até 1967, época em que o estruturalismo viveu seu apogeu, ainda que já desse mostras de certas fissuras internas.

O movimento de maio de 68 e as novas interrogações que surgiram de súbito no âmbito das ciências humanas foram decisivos para subverter o paradigma então reinante, trazendo como consequência o sujeito para o centro do novo cenário, permitindo-lhe, como afirma François Dosse, em sua “História do Estruturalismo”, *reaparecer pela janela, após ter sido expulso pela porta* (Dosse, 1993, p. 65).

Do ponto de vista político, a Análise do Discurso (AD) nasce, assim,

² Cf. artigo de ALTHUSSER (1978, p.66-71) –Observação sobre uma categoria: “Processo sem sujeito nem fim(s)”.

na perspectiva de uma intervenção, de uma ação transformadora, que visa combater o excessivo formalismo lingüístico então vigente, visto como uma nova facção de tipo burguês. Ao lado dessa tendência revolucionária, a AD busca desautomatizar a relação com a linguagem, donde sua relação crítica com a lingüística. A rigor, o que a AD faz de mais corrosivo é abrir um campo de questões no interior da própria lingüística, operando um sensível deslocamento de terreno na área, sobretudo nos conceitos de língua, historicidade e sujeito, deixados à margem pelas correntes em voga na época.

A Análise de Discurso que tem como marco inaugural o ano de 1969, com a publicação de Michel Pêcheux intitulada *Análise Automática do Discurso* (AAD), bem como o lançamento da importante revista *Langages*, organizada por Jean Dubois, vai à busca desse sujeito, até então descartado. E vai encontrá-lo, em parte, na psicanálise, apresentado como um sujeito descentrado, afetado pela ferida narcísica, distante do sujeito consciente, que se pensa livre e dono de si. A outra parte desse sujeito desejante, sujeito do inconsciente, a AD vai encontrar no materialismo histórico, na ideologia althusseriana, o sujeito assujeitado, materialmente constituído pela linguagem e devidamente interpelado pela ideologia. A esse respeito, afirma Paul Henry:

“O sujeito é sempre e, ao mesmo tempo, sujeito da ideologia e sujeito do desejo inconsciente e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação” (Henry, 1992, p.188)

O sujeito do discurso vai, então, colocar-se estratégica e perigosamente entre o sujeito da ideologia (pela noção de assujeitamento) e o sujeito da psicanálise (pela noção de inconsciente), ambos constituídos e revestidos materialmente pela linguagem. Como se vê, a Análise do Discurso ao construir a categoria teórica do sujeito o faz, desde o início, pautando-se por uma singularidade que a torna muito peculiar. O sujeito do discurso não é apenas o sujeito ideológico marxista-althusseriano, nem apenas o sujeito do inconsciente freudo-lacaniano; tampouco, é apropriado afirmar que esse

sujeito seja uma mera adição entre essas partes. O que vai fazer a diferença desse sujeito é o papel de intervenção da linguagem, na perspectiva de materialidade lingüística e histórica que a AD lhe atribui.

A Análise do Discurso, sempre é bom frisar, soube dar um caráter revolucionário ao modo como abordou o papel da linguagem; bem distante do aspecto meramente formal e categorizador a ela atribuído por uma visão estruturalistamais redutora em sua origem. A linguagempela ótica discursiva ganha um traço fundacional na constituição do sujeito e do sentido e vai distinguir-se também da condição que lhe confere a psicanálise.

O fato de trabalhar perigosamente na fronteira entre certas áreas, não raro traz problemas de distorções e confusões de toda ordem, ao provocar aproximações entre conceitos inconciliáveis, já que produzidos sob enfoques epistemologicamente distintos.

A AD caracteriza-se, como se vê, desde o seu início, por um viés de *ruptura* a toda uma conjuntura política e epistemológica e pela necessidade de articulação a outras áreas das ciências humanas, especialmente a lingüística, o materialismo histórico e a psicanálise.

Fica claro, desse modo, que a AD não se quer, como afirma Robin (1985), “nem disciplina autônoma, nem disciplina auxiliar”. O que ela visa é tematizar o objeto discursivo como sendo um *objeto-fronteira*, que trabalha nos limites das grandes divisões disciplinares, sendo constituído de uma materialidadelingüística e de uma materialidadehistórica, simultaneamente. A AD recorta, portanto, seu objeto teórico (o discurso), distinguindo-se da lingüística imanente, que se centra na língua, nela e por ela mesma, e também das demais ciências humanas, que usam a língua como instrumento para a explicação de textos.

Nem por isso, parece apropriado atribuir à Análise do Discurso uma designação de disciplina interdisciplinar, como alguns teóricos insistem em fazer. Fazer isso, seria cair na tentação de encará-la como disciplina de caráter meramente instrumental, sem especificidade própria. E isso definitivamente ela não é. Além do mais, essa é uma ótica reducionista, que elide sua principal característica de ser uma teoria crítica da linguagem. É por essa razão que aos analistas de discurso soam estranhas algumas afirmações de

pesquisadores de outras áreas de que se valem dela como 'método', como se fosse possível desvincular teoria-e-análise.

Orlandi (1996), a esse respeito, imputa à AD a condição de *disciplina de entremeio*, uma vez que sua constituição se dá às margens das chamadas ciências humanas, entre as quais ela opera um profundo deslocamento de terreno.

Nesse sentido, é importante reiterar que os conceitos que a AD traz de outras áreas de saber, como a psicanálise (a noção de *sujeito, desejo e inconsciente*), o marxismo (a noção de *ideologia, assujeitamento e condições de produção*) e o materialismo histórico (a noção de *materialidade histórica, historicidade e contradição*), ao se integrarem ao corpo teórico do discurso, deixam de ser aquelas noções com os sentidos estritos originais e se ajustam à ordem própria da rede discursiva.

O quadro teórico-epistemológico da AD, como se viu, é complexo e mantém uma relação tensa entre as noções que o integram. O mérito de Jaçanã Ribeiro fica ainda mais ressaltado por ter sabido lidar dentro dessa trama intrincada de interlocuções e atravessamentos, sem banalizar a teoria que lhe deu sustentação e sem descuidar das especificidades que o material de análise requeria. A cada atividade de análise, o autor põe em questão a natureza de certos conceitos e se propõe redefinir seus limites. Desse modo, vai construindo seu objeto teórico e estabelecendo os procedimentos compatíveis na interface com as demais áreas vizinhas.

ALGUMAS QUESTÕES PARA DEBATE

A Análise do Discurso tem na noção de *incompletude* um nó central que a estrutura enquanto prática teórica. É por conta dessa incompletude que existem sempre os sentidos encobertos, os não-ditos, os deslizamentos, o silêncio. Partindo de uma afirmação lacaniana de que "tudo não se diz", a AD vai operar nesses espaços vazios criados pela incompletude e que afetam tanto a concepção que se tem de língua, como afetada pelo equívoco de forma incontornável, quanto a concepção de sujeito, estruturado como um ser-em-falta por sua própria natureza.

Do mesmo modo que se trabalha dentro dessa perspectiva da ‘falta constitutiva’, também não se cai na ilusão de que “a análise discursiva esgota o objeto e dá conta de sua totalidade”. É por isso que sempre ficam questões em aberto para serem pensadas e investigadas.

Vou aqui levantar três questões que o trabalho de Jaçanã me despertou e que me instigam a continuar refletindo sobre esse rico objeto de análise por ele recortado. Vejamos como se colocam tais questões:

(a) seria adequado, teoricamente, e operacional, metodologicamente falando, manter o rótulo “discurso religioso”, como etiqueta abrangente que englobaria todas as manifestações de práticas religiosas tão distintas? Será que a menção a esse tipo de discurso agregaria por si só alguma especificidade eficaz em termos de análise? Falar que o discurso religioso é ‘autoritário’ o distinguiria de que modo do discurso político ou do jurídico ou até mesmo do pedagógico?

(b) na relação conflituosa existente entre o discurso da IURD e o das religiões afro entrariam que outras relações de força e relações de sentido tendentes a legitimar alguns aspectos da religião atacada? Haveria alguma contrapartida (contra-feitiço?) da religião invocada como representante do mal? Que elementos da exterioridade seriam determinantes para validar a supremacia de uma religião em detrimento da outra?

(c) a análise do ritual de libertação e cura enquanto prática discursiva em que medida é reveladora da constituição do sujeito revestido pela linguagem e assujeitado ideologicamente? Qual seria o espaço discursivo a ser ocupado por esse sujeito como forma de resistência à submissão de uma prática religiosa que o toma como despossuído de força e possuído por forças? Desejo e ideologia têm lugar na constituição desse sujeito do discurso religioso?

Essas questões ficam postas não necessariamente à espera de respostas, mas como possibilidades interpretativas de leitura, a partir do que nos suscitou o intenso e provocativo texto de Jaçanã. Ancorada na teoria do discurso e na máxima pecheutiana de “expor o olhar do leitor à opacidade do texto”, procurei pontuar algumas passagens que me tocaram mais de perto enquanto sujeito leitor, constituída por minha própria história de leituras.

Fica aqui com o trabalho sobre o qual nos debruçamos o estímulo e a confiança na potencialidade da área, enquanto forma de conhecimento sobre a linguagem, de estabelecer um diálogo produtivo com outros campos teóricos das ciências humanas, singularizando-se por sua teoria e por sua práxis.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. Observação sobre uma categoria: “Processo sem sujeito nem fim(s)”. *Posições* –1. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- DOSSE, F. *História do estruturalismo*. São Paulo, Ensaio, Campinas, Ed.da Unicamp, 1993. 2 vols.
- HENRY, P. *A ferramenta imperfeita*. Campinas, Ed.da Unicamp, 1992.
- MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso - (Re) ler Michel Pêcheux hoje*. Campinas, Pontes, 2003.
- ORLANDI, E.. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, Vozes, 1996.
- ROBIN, R. ROBIN, Régine. L’analyse du discours entre la linguistique et les sciences humaines: l’éternel malentendu. *Langages* (81). 1985. pp. 121-28.

